

Marcelo Rebelo de Sousa: um Presidente da República que reconfigurou o cargo com a colaboração dos média noticiosos

Felisbela Lopes, Paula Espírito Santo, Leonete Botelho & Sandra Sá Couto

Universidade do Minho / CAPP, ISCSP, ULisboa / Público / Universidade do Porto

E-mail: felisbela.lopes@gmail.com / paulaes@iscsp.ulisboa.pt /

leonete.botelho@publico.pt / scouto@letras.up.pt

Resumo

A afirmação política no espaço mediático, por parte de Marcelo Rebelo de Sousa, durante o seu primeiro mandato como Presidente da República (2016-2021), constituiu uma singularidade institucional no domínio da relação com os média, com o espaço público e em termos de interpretação e desempenho dos poderes presidenciais, na sua relação com o Governo e o Primeiro-ministro António Costa. Este artigo visa identificar em que medida o desempenho da ação presidencial, em Marcelo Rebelo de Sousa, tal como espelhada através da imprensa diária, trouxe uma reconfiguração do papel do Presidente da República, na sua interpretação dos poderes e

funções presidenciais. Em termos metodológicos, este estudo socorre-se essencialmente da técnica de análise de conteúdo, aplicada a um *corpus* de análise derivado dos principais diários generalistas portugueses, totalizando 2.458 textos noticiosos, no intervalo entre os dias 9 de março de 2016 (dia de tomada de posse) a 7 de dezembro de 2020 (dia do anúncio da recandidatura ao cargo). A questão de partida a que se pretende dar resposta é: em que extensão o primeiro mandato (2016-2021) de Marcelo Rebelo de Sousa, tal como espelhado na imprensa ao longo deste período, passou uma imagem de reconfiguração dos poderes presidenciais?

Palavras-chave: Presidente da República; mediatização; jornalismo.

Data de submissão: 2021-02-18. Data de aprovação: 2021-03-30.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.



Abstract

During his first term as President (2016-2021), Marcelo Rebelo de Sousa made a political affirmation in the media space that became an institutional singularity within media relations and public media space, but also in terms of interpretation and performance of the presidential powers, in his relationship with both the Government and Prime-Minister António Costa. This article aims to identify, in general terms, the extent to which the performance of presidential action, in Marcelo Rebelo de Sousa, as mirrored by the press, instilled a divergent meaning and brought a re-configuration of the role of the President of

the Republic, in his interpretation of the presidential powers and functions. Our corpus of analysis is composed of 2.458 news texts collected from the main Portuguese generalist newspapers, to which we applied content analysis techniques. Our period of analysis goes from March 9th 2016 (inauguration day) to December 7th 2020 (day of the announcement of the re-candidacy for office). Our research question is: To what extent did the first term (2016-2021) of Marcelo Rebelo de Sousa, as reflected in the press, pass an image of reconfiguration of the presidential powers?

Keywords: President; mediatization; journalism.

Nota introdutória

ENTRE 2016 e 2021, Marcelo Rebelo de Sousa (MRS) foi um Presidente da República (PR) popular e interventivo no espaço mediático Português. Este artigo analisa a cobertura noticiosa, através da imprensa diária, procurando seguir o respetivo registo, atendendo à extensão temporal de cinco anos, assim como à emissão permanente e regular da mensagem do PR naquele suporte de comunicação. O nosso objetivo é avaliar em que medida os moldes de intervenção do PR, quanto à sua delimitação formal em termos de poderes presidenciais, tal como espelhados na imprensa, poderão ter reconfigurado esses mesmos poderes, delimitados constitucionalmente. Estes dois aspetos (a constância da presença da mensagem do PR na imprensa ao longo de cinco anos, assim como a reconfiguração dos poderes presidenciais, num regime entendido como semipresidencialista, na sua aceção doutrinária, mas também constitucionalmente delimitada) têm constituído motivo de debate corrente, sobretudo nos média. Contudo, neste debate, urge uma sistematização da regularidade da produção noticiosa através da imprensa, a qual poderá permitir a aferição de categorias e indicadores que permitam, de forma sistemática, o levantamento e a análise da funcionalidade comunicacional da mensagem do PR, no que aos seus poderes e respetiva cobertura mediática diz respeito. É neste sentido que esta contribuição procura apresentar um espaço de sistematização e reflexão quanto ao estilo da comunicação do PR Marcelo Rebelo de Sousa, que designamos popular e interventivo. Abriu-se um

espaço diferenciado, não apenas quanto à forma da comunicação política por parte deste titular de um órgão de soberania, como também quanto à *praxis* e ao entendimento dos limites da intervenção pública, formal e constitucionalmente consagrada da mensagem política do PR.

Durante o seu primeiro mandato, o PR Marcelo Rebelo de Sousa abriu várias frentes de influência. Afirmou publicamente ter um respeito profundo pela Constituição da República Portuguesa, não fosse ele um dos seus principais obreiros. Acresce-se também a sua atividade na Academia enquanto Professor e Constitucionalista. No entanto, com frequência, como se poderá verificar em estudos anteriores (Espírito Santo, Lopes, 2019; Lopes, Espírito Santo, 2019), MRS atuou, e a imprensa espelhou essa atuação, nos limites do que a Lei Fundamental permite. Marcelo só reconheceu essa extensão de competências no caso de ‘Tancos’ – um assalto aos paíóis nacionais durante o qual foi roubado diverso material de guerra. A 7 de julho de 2017, no final de uma conferência no Palácio da Cidadela de Cascais, afeto à Presidência da República, admitiu ter ido “até ao limite” dos seus poderes com a sua intervenção neste caso. Esse protagonismo é assumido na entrevista que concede à edição de 30 de julho de 2017 ao *Diário de Notícias*:

“O PR tem alguns poderes especificamente previstos em matéria militar que foram alargados mais tarde, pontualmente, em revisão constitucional, mas o facto de ser Comandante Supremo das Forças Armadas é acompanhado de um conjunto de poderes que existem onde o sistema de governo é presidencialista e não semipresidencial. Portanto, cabe largamente ao PR interpretar o que é ser comandante supremo das Forças Armadas fora daqueles poderes que estão expressamente previstos na Constituição. Daí eu dizer que fui até ao limite.”

No plano da intervenção, não há áreas privilegiadas. A atuação do PR foi diversa, ao longo dos primeiros cinco anos de mandato (2016-2021), e seguiu, em regra, o rumo da atualidade. Pode afirmar-se que nunca perdeu de vista dois polos: as pessoas, particularmente o cidadão comum para quem dirigiu os seus ‘afetos’ (expressão por si utilizada amiúde); e os jornalistas, através dos quais foi gerindo a sua influência nos espaços público e político. A marca que quis deixar na História, pelo menos, evidente ao longo do seu primeiro mandato como PR, foi ser o ‘Presidente dos afetos’, um Presidente próximo de tudo. A partir do final do primeiro trimestre de 2020, a pandemia ‘Covid 19’ veio introduzir uma nova aceção de proximidade pública e também política, forçando o PR a conter as suas manifestações de proximidade e ainda contribuindo para refrear as intervenções de cariz político

MRS sempre soube que precisava de projetar, à escala nacional, uma determinada imagem de si. Foi esse o trabalho dos média que este PR nunca negligenciou durante o primeiro mandato. Em todas as deslocções, eventos públicos ou declarações políticas, MRS prestou uma atenção especial aos jornalistas, ainda que muitas vezes, no terreno, tenha feito de conta que não os via...

Em termos metodológicos, o estudo que aqui apresentamos utiliza a técnica de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, e tem como *corpus* de análise o conjunto das notícias publicadas entre os dias 9 de março de 2016 (dia de tomada de posse) a 7 de dezembro de 2020 (dia do anúncio da recandidatura ao cargo), totalizando 2.458 textos noticiosos. A questão de partida a que se pretende dar resposta é: em que extensão o primeiro mandato (2016-2021) de Marcelo Rebelo de Sousa, tal como espelhado na imprensa, ao longo deste período, passou uma imagem de reconfiguração dos poderes presidenciais? Argumentamos que MRS reconfigurou o cargo presidencial, durante o seu primeiro mandato, com a colaboração dos média, introduzindo e criando um espaço de expectativa política e pública que exacerbou os poderes constitucionalmente previstos e politicamente adstritos a um designado regime semipresidencialista, como é o caso do regime político Português.

1. Enquadramento teórico

1.1. A influência dos média na crescente personalização da política

A prática política, para além dos múltiplos suportes estratégico, socioeconómico e político-ideológico é também assente e decorrente da comunicação e da capacidade desta de projetar enfoques e ângulos que promovam a imagem da construção da eficácia da ação política em democracia. Para além do convencimento que a prática da política pretende gerar, outro dos efeitos procurados é o da influência. Manuel Castells (2007) defende que grande parte da ação política se joga na capacidade de influenciar as pessoas e que, a esse nível, a televisão será o principal canal de comunicação. O poder da imagem subjugou os políticos ao pequeno ecrã, passando-se da mensagem substantiva para o primado da imagem, do *soundbites* e da gestão das notícias. A televisão tem vindo a tornar-se uma plataforma com uma multiplicidade de canais com notícias 24 horas por dia, com alcance em segmentos de audiências alargados. Os desafios são imensos para as classes política e jornalística. Os políticos tendem a ser obrigados a reagir a acontecimentos ainda antes de estarem preparados para falar sobre eles e os jornalistas, com o ciclo de notícias acelerado, com múltiplas plataformas e sujeitos a uma concorrência feroz, procuram novos ângulos no que Sabato (2000) chamou “feeding frenzy”.

Gianpietro Mazzoleni e Winfried Schultz (1999) situam o processo de mediação dos atores políticos nos anos 90, reconhecendo que isso recrudescer com a crescente cobertura televisiva, contribuindo para um outro fenómeno: a personalização da política. Essa tendência ganha mais força com as redes sociais, em expansão a partir da segunda década do século XXI. Investigações de Sebastian Stier, Arnim Bleier, Haiko Lietz e Markus Strohmaier (2018) sobre a campanha eleitoral federal na Alemanha em 2013 ou de Philip Howard, Samuel Wooley e Ryan Calo (2018) sobre as eleições presidenciais norte-americanas de 2016 mostram a força do *Facebook* e

do *Twitter* e a importância que os algoritmos começam a adquirir neste campo. Mais do que um programa eleitoral ou o governo de uma nação, importa destacar os atores políticos, que adquirem estatuto de celebridades, em grande medida por influência dos média.

Neste ambiente, os políticos trabalham para mostrar desempenhos convincentes para uma audiência de cidadãos de um modo não só geográfico, mas também emocional e moral. Os média movem-se, então, para o centro do processo político, moldando permanentemente os políticos. Segundo Blondel e Thiébault (2010), há três características que definem a personalização:

- Notoriedade política: os atores políticos são conhecidos pelos cidadãos num certo território, sendo esse conhecimento resultado de uma forte presença nos média, sobretudo na televisão. Ganhar uma eleição pressupõe habilidade para enfrentar a batalha eleitoral, mas também é necessário garantir uma ligação aos eleitores, onde os códigos afetivos são vitais neste elo que se quer estabelecer com o maior número de cidadãos
- Popularidade política: um líder político torna-se popular a partir do momento em que a sua ação é vista como um êxito. Contudo, esta será coisa efêmera, podendo a qualquer momento ser destruída ou restaurada.
- Carisma: qualidade que diz respeito à relação entre um político e os seus seguidores. Neste plano, o carisma político traduz a singularidade e os traços de qualidade excecional, capazes de gerar fascínio e encantamento junto dos seguidores. A televisão, que criou uma relação de proximidade entre políticos e eleitores, faz desta qualidade um dos atributos importantes, para os políticos que o têm, fazerem-se eleger para determinado cargo, como referia Roger-Gérard Schwartzberg (1977), em *L'État Spectacle*, a propósito dos líderes com carisma.

A progressiva personalização da política vai implicado uma mudança substancial no modo como os jornalistas desenvolvem o seu trabalho e a intensidade da cobertura jornalística também abre formas renovadas de fazer política. Num sentido inverso àquele vivido durante grande parte do século XX, no início do século XXI a tendência tem sido para os políticos se transformarem progressivamente em pessoas privadas, ressaltando qualidades individuais, abrindo espaços para se dar a ver em público com gestos que se querem espontâneos e próximos dos demais cidadãos. O político sobrepõe-se assim ao partido, o governante ao executivo, crescendo um processo de individualização que a cobertura mediática sempre favoreceu. Mais do que um servidor público, importa a personalidade privada. A personalização da política é por muitos criticada, podendo ser também vista como uma distração que mina a literacia política e cria personalidades para o espetáculo, gerando um círculo vicioso de mediação (Corner: 2003).

O sucesso dos líderes democráticos, nesta era da personalização, depende da capacidade de criarem laços emocionais com aqueles que os veem através dos média. Nesta era da videopolítica em que a personalidade do líder se sobrepõe à substância, o que diferencia alguns líderes de outros deixou de ser a sua capacidade de liderança e o que defendem para passar a ser a sua personalidade, a vida privada e a notoriedade que vão acumulando (Fabbrini, 2005). Anthony King (2003) aponta quatro características que hoje um político deve reunir: aparência física, inteligência, carácter ou temperamento e estilo político. Retirando a inteligência, todos os outros traços são moldáveis. Nas últimas décadas, os políticos tornaram-se “performers reconhecidos”, mas, ao mesmo tempo, “estranhos íntimos” (Stanyer, 2007: 72). Significa que muitos cidadãos nunca estiveram pessoalmente com eles, mas sabem inúmeros pormenores da sua vida pessoal, quase parecendo que partilham os mesmos espaços privados.

Num ambiente de crescente mediatização da política, muito intensificado pelo tráfego motivado nas redes sociais, há tendências que estão a remodelar a política, como bem assinalaram Blumler e Kavanagh (1999):

- Crescente profissionalização da comunicação política: os assessores políticos e as empresas de comunicação refinam, cada vez mais, as suas estratégias de comunicação no sentido de ocuparem tempo mediático e chegarem de modo eficaz aos cidadãos.
- Aumento da competição: o lugar da política nos média, outrora cativo, é agora ameaçado pelas exigências do mercado e das audiências. Sabemos que as *soft news* vendem mais do que as *hard news* e isso tem implicações no modo como os políticos comunicam e na forma como os jornalistas constroem a informação. Neste contexto, os políticos adaptam-se a novos valores-notícia para continuarem a ter o seu palco. O crescente interesse pelo *infotainment* leva a que programas de política sejam substituídos por outros formatos, muito de fronteira entre a informação e o entretenimento.
- Anti-elitismo e popularização: vários interlocutores a discutir política no espaço público (mediático). Os temas também mudaram e voltam-se cada vez mais para aquilo que tem maior receptividade e/ou corresponde às preocupações das pessoas. As televisões também procuram aqueles que mais interessam às audiências. A agenda dos média nem sempre coincide com a agenda política e isso obriga esta última a permanentes adaptações. Este contexto favorece sempre tematizações e atores mais populares.
- Diversificação centrífuga: multiplicidade de públicos e de meios de comunicação, que aumenta agendas e mensagens políticas.

O desenvolvimento histórico e acelerado pela tecnologia dos efeitos dos média na gestão da comunicação política e na relação dos protagonistas políticos com os seus representados trouxe um conjunto de opções e dinâmicas de comunicação que sugerem e motivam novas capacidades de interpretação pública dos desempenhos

políticos no espaço público. Neste plano, Blumler (2001) discute a história do desenvolvimento da comunicação política, que viveu essencialmente três fases, no que se refere à centralidade dos meios de comunicação em relação à política. Se na primeira fase seria simples o acesso aos média e a segunda apontaria para o poder crescente da televisão, já a terceira seria caracterizada pela proliferação de canais alternativos aos meios de comunicação social tradicionais. Nesta última fase, estar-se-á a viver um incremento e proliferação de canais de comunicação alternativos, que motivam uma forte influência no sentido da proximidade aos atores e cenários da política, mas também incutem velocidade, imediatismo, falta de verificação e desinformação, em competição acelerada com a verificação e produção noticiosa e informativa.

1.2. Os poderes e a imagem mediática construída pelo Presidente: a alternância de ciclos presidenciais

A gestão das expectativas públicas das intervenções políticas num cargo de forte exposição pública como é o do PR, num regime designado como semipresidencialista, como é o Português, estão longe de ser consensuais e promovem leituras distintas, em campos distintos, da Sociologia, da Ciência Política às Ciências da Comunicação, para enumerar alguns domínios. Em tempo de democracia, em Portugal, têm-se gerado diferentes interpretações e desempenhos das funções presidenciais, motivadas sobretudo pela conjugação de aspetos atinentes aos contextos próprios da política e da história económica e social juntamente com aspetos gerados pela interpretação dos protagonistas presidenciais da história da democracia Portuguesa. E se neste plano encontrámos conjunturas políticas e económicas que aliam o ímpeto revolucionário, inflamado, mas também reformista a uma visão mais ponderada, legalista, formal e constitucionalmente ‘aumentada’ dos poderes presidenciais (Moreira & Canotilho, 1991), como foi o caso do Presidente Eanes (1976-1986), outras seguir-se-iam de maior exuberância. Mário Soares (1986-1996), segundo PR eleito democraticamente por sufrágio universal após o 25 de abril depois de Ramalho Eanes, introduziria o conceito de ‘presidências abertas’ e um estilo irreverente, aclamado, e moderno, trazendo novas táticas e técnicas de campanha até aí não ensaiadas em Portugal. Contudo, verificar-se-ia um ‘esvaziamento das funções presidenciais’ (Moreira & Canotilho, 1991), em coincidência com um executivo liderado por Cavaco Silva (1985-1995). O PR que se lhe seguiu, Jorge Sampaio (1996-2006), por sua vez vindo de uma experiência política anterior enquanto presidente da Câmara de Lisboa, não tinha o reconhecimento público e político do seu antecessor, mas no seu estilo mais ponderado e reflexivo, teria de tomar uma das decisões mais difíceis de um PR como seria o caso da dissolução da Assembleia da República e enfrentar uma grave crise política e um contexto de grave instabilidade política. A Jorge Sampaio seguir-se-ia Aníbal Cavaco Silva (2006-2016), o qual, igualmente reconhecido pelo sistema político pelas suas funções como Primeiro-ministro, faria sobressair um *modus operandi* pouco

exposto publicamente, com comunicações via *facebook* e na página da Presidência da República e pouco empático na comunicação com os média. Nesta sucessão de Presidentes, destacaram-se diferentes oportunidades políticas de concretização de uma Constituição, aprovada em 1976, e que teve em MRS um dos seus mentores e principal conhecedor e estudioso enquanto constitucionalista e professor de Direito.

Um dos contextos e fonte de explicação do regime semipresidencialista português reside na herança e inspiração de Maurice Duverger (1978) e na identidade e autonomia atribuídas ao Chefe de Estado, que constitui o elemento essencial de equilíbrio entre os diversos e separados poderes: o Governo, a Assembleia da República e os Tribunais. Destes órgãos de soberania, os três primeiros são os que contêm funções políticas, encontram-se inscritos na Constituição de forma funcional e articuladamente clara, sabendo-se que nestes é o PR que constitui o garante do regular funcionamento das instituições. No plano dos limites e expressão constitucional dos poderes dos Presidentes, diversas contribuições têm vindo a clarificar as atribuições esperadas dos principais órgãos de soberania do sistema e regime político Português. Destas contribuições destacam-se Vital Moreira e Gomes Canotilho (1991) que, em *Os Poderes dos Presidentes*, lembram a histórica influência da base parlamentar do regime político Português, recordando ainda que cabem ao PR os poderes de veto e de dissolução da Assembleia da República, assim como o controlo e regulação das instituições.

As raízes históricas do semipresidencialismo Português, autoritárias e enraizadas na ditadura militar de 1926-1933, que introduzem o período do Estado Novo e a Constituição de 1933 encabeçados por Salazar e Caetano, trazem as bases identitárias da contrarresposta e continuidade gerada na Constituição de 1976, cuja base revolucionária suporta o seu sentido mais original. Já a secundarização das eleições presidenciais em relação às eleições parlamentares (Freire & Costa Pinto, 2006) ajuda a entender a menor importância das primeiras, em regra também com menor taxa de participação em relação às primeiras.

Das competências inscritas constitucionalmente, o artigo 120º é dos mais centrais e citados como basilar no entendimento das funções presidenciais: constituir o garante da independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas. Este princípio constitucional constitui um dos mais relevantes eixos de promoção do funcionamento do sistema de Direito democrático e apela à neutralidade e ao sentido universal de desempenho das funções presidenciais. O artigo 133º da CRP traduz-se na competência de dissolução da Assembleia da República. Este é o poder que maior consequência direta pode ter na harmonia de funcionamento do sistema político, tendo sido utilizado várias vezes desde 1976 no sistema político português. Sobre o mesmo existe ampla discussão (Bacelar Gouveia, 2007) quanto aos seus efeitos e contornos assim como à necessária auscultação e re-

colha de entendimentos políticos e partidários amplos sobre a matéria, por parte do PR.

Neste contexto, os poderes em exercício do PR Marcelo Rebelo de Sousa retratados na imprensa centram-se nos acima citados preceitos constitucionais: garante da independência e unidade nacionais, garante do normal funcionamento das instituições. Da análise efetuada decorre ainda que são reportadas as competências presidenciais enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas e ainda no que se refere à promulgação de leis, nomeações, indultos/ condecorações/ exonerações. Todos estes elementos estão definidos e adstritos às competências presidenciais. Corroboramos, neste plano, o entendimento expresso em Lopes & Espírito Santo (2019). Ou seja, reitera-se a tendência de que a Presidência em MRS tem vindo a redimensionar o espetro da visibilidade das funções presidenciais, no cumprimento das competências e poderes constitucionalmente previstos. Distinguindo aspetos que são atinentes à execução das funções presidenciais no âmbito do artigo 120º, verifica-se uma projeção dos problemas, espaços de intervenção e exercício da magistratura de influência deste PR numa escala inédita, em grande medida pela decorrência deste mandato presidencial num contexto de alcance mediático sem precedentes (quanto aos meios e recursos de extensão e suporte à comunicação política).

2. Estudo empírico: Um PR interventivo, sem perder de vista os jornalistas

2.1. Metodologia

Em que extensão o primeiro mandato de MRS (2016-2021), tal como espelhado na imprensa ao longo deste período, passou uma imagem de reconfiguração dos poderes presidenciais? Com esta pergunta de partida, desenvolvemos um trabalho de análise com base nos principais jornais diários generalistas portugueses, tendo como pressuposto que aí se encontra um acompanhamento regular da Presidência da República. Os diários em estudo foram os seguintes: *Diário de Notícias*, *Público*, *Jornal de Notícias (JN)* e *Correio da Manhã*. Os dois primeiros são jornais de referência e os outros dois apresentam uma linha mais popular. A 1 de julho de 2018, interrompemos a análise do *Diário de Notícias* por inesperadamente ter sido descontinuado, e, ao mesmo tempo, resolvemos também suspender a análise do *Correio da Manhã* a fim de haver um equilíbrio e comparabilidade de linhas editoriais. O *corpus* de análise compõe-se apenas de artigos jornalísticos que têm como ângulo noticioso a ação do PR, excluindo-se os textos em que este é alvo da ação de outros atores sociais, ou seja, apenas temos em consideração os artigos noticiosos em que o Presidente da República é o respetivo protagonista e sujeito principal da ação aí relatada, excluindo-se todas as peças em que é agente passivo, por outras palavras, que apenas falem sobre ele.

A análise compreende o período entre os dias 9 de março de 2016 (dia de tomada de posse) a 7 de dezembro de 2020 (dia do anúncio da recandidatura ao cargo), totalizando 2.458 textos noticiosos. A recolha de dados foi efetuada com recurso às versões digitais dos periódicos em causa, selecionando-se os cadernos principais desses títulos e excluindo-se as secções local (no *Público*) ou Porto (no *JN*). Os textos recolhidos foram sujeitos a uma análise categorial e quantitativa, feita através do programa de análise estatística de dados *Statistics Package for Social Sciences (SPSS)*, centrada em dois eixos de análise:

- O primeiro eixo de análise procura caracterizar o *corpus* noticioso através da temática em destaque, criando-se aqui três macro-categorias: Presidência da República (que envolve a categoria referente às iniciativas presidenciais), áreas temáticas da política interna (que agrega as categorias de Diplomacia/Relações Internacionais, Política Interna, Finanças, Saúde, Defesa Nacional, Justiça, Administração Interna, Economia, Educação, Trabalho e Segurança Social, Cultura, Planeamento/Infraestruturas, Desporto, Ensino Superior/Ciência, Ambiente, Agricultura/Florestas, Mar, Habitação) e temáticas sociais (que integra as categorias de solidariedade e de religiões).
- O segundo eixo de análise centra-se nos poderes do PR fixados na Constituição da República Portuguesa e nos respetivos ângulos noticiosos, tendo sido criadas quatro categorias dentro das quais foram estabelecidos determinados indicadores. Na categoria relação entre o PR e outros órgãos e agentes políticos, incluem-se a relação com o Governo e com a Assembleia da República, o Conselho de Estado e a relação entre o PR e os partidos. Na categoria de poderes constitucionais, integram-se os seguintes indicadores: garante da independência e unidade nacionais, garante do normal funcionamento das instituições, Comandante Supremo das Forças Armadas, promulgação de leis, nomeações, indultos/ condecorações/ exonerações. A categoria estilos de liderança tem como indicador os modos de interpretar o cargo e a categoria relações externas tem como indicador a política externa.

Este trabalho foi complementado com entrevistas semi-dirigidas feitas aos jornalistas que habitualmente seguem o trabalho da Presidência da República para os órgãos onde trabalham (RTP, SIC, TVI, Lusa, Antena 1 e Expresso), feitas também no âmbito de uma outra obra (Lopes, Botelho, 2019).

2.2. Leitura e discussão de resultados

2.2.1. Tematização noticiosa num mandato com várias frentes de intervenção

A tematização noticiosa feita do trabalho da Presidência da República é variada, mas há temas que concentram uma parte substancial daquilo que é noticiado, como se constata no Quadro 1. Da análise da imprensa diária, mas também do acompa-

nhamento crítico do trabalho da Presidência da República de MRS, sobressaem cinco traços:

- reflexão sobre (o modo de exercer) o cargo e possibilidade de recandidatura,
- participação ativa na frente diplomática,
- envolvimento permanente na política interna,
- preocupação com as finanças do país,
- atenção à gestão política da pandemia Covid-19.

Quadro 1. Tematização dos artigos noticiosos que envolvem o PR

Categorias	Indicadores	Nº de peças	%	Total
Presidência da República	Assuntos diversos do foro da Presidência da República	515	21	21
Áreas temáticas centrais da política interna	Diplomacia/Relações Internacionais	449	18.3	71.4
	Assuntos (gerais) de política interna	410	16.7	
	Finanças	151	6.2	
	Saúde	147	6	
	Defesa Nacional	113	4.6	
	Justiça	74	3	
	Administração Interna	63	2.6	
	Economia	62	2.5	
	Educação	60	2.4	
	Trabalho e Segurança Social	52	2.1	
	Cultura	48	2	
	Planeamento e Infraestruturas	29	1.2	
	Desporto	29	1.2	
	Ensino Superior/Ciência	19	0.8	
	Ambiente	16	0.7	
	Outras áreas temáticas	Religião	36	
Solidariedade		123	5	5
Outros		35	1.4	1.1

A mediatização deste mandato de MRS não encontrou em Belém um PR distante dos média. Todos os jornalistas que acompanham regularmente a atividade presidencial reconhecem que sempre houve da parte de Marcelo um cuidado muito especial com os média noticiosos, percebendo-se que através deles se criava uma imagem de popularidade que permitia a este Presidente fazer (quase) tudo (Lopes & Botelho, 2019). Mas essa vantagem implicava cuidar permanentemente desse influente ário do poder, o que, neste caso, não envolvia sacrifício. No primeiro mandato, a agenda do PR dividiu-se por uma intensa agenda pública oficial, anunciada com antecedência e publicada no respetivo *site*; por uma agenda pública não oficial, publicitada entre os jornalistas e que apresenta um ritmo diário; e por uma agenda privada, que umas vezes era pública e outras não. Esta constituiu uma forma nova de gerir o dia-a-dia da Presidência. Os critérios que presidiam a essa divisão são desconhecidos. Mar-

celo quis manter um interesse permanente junto das redações, ao mesmo tempo que promoveu relações próximas com os jornalistas que o acompanharam e aos quais manifestava sempre disponibilidade para fazer declarações ou comentar qualquer assunto. Um dos seus tópicos de eleição foi os poderes do PR e as possibilidades de uma recandidatura.

Um mandato atravessado por uma reflexão permanente das funções presidenciais

Numa estufa de morangos hidropónicos, em Beja, o PR experimentou a apanha da fruta. “Ao fim dos meus cinco anos de mandato, tem de me arranjar um lugarzinho aqui’. ‘Cinco ou dez anos?’, perguntam-lhe. ‘Para já cinco, para eu ainda ter as mãos lestras, que isto exige rapidez de mãos. Depois de dez eu temo que já esteja um bocado gasto... vamos a ver’”. (*Público*, 23 de abril de 2016, artigo de Leonete Botelho).

Estávamos a 23 de abril de 2016. Passava menos de um mês sobre a tomada de posse como 20º PR e Marcelo já puxava o assunto da reeleição para a conversa, para ele próprio dar uma resposta ambígua. Assim fará durante muito tempo. Ele sabia que essa indeterminação adensava a expectativa. E esse jogo de palavras sempre encontrou nos média noticiosos uma ampla ressonância. Em 2017, o PR foi introduzindo algumas modulações ao seu discurso. Ao assinalar um ano na Presidência, fez o balanço nestes termos: “Este tipo de Presidência é muito extenuante e só pode ser feita assim. É o preço inevitável da proximidade. (...). Só em setembro de 2020, olhando para a situação existente, nomeadamente a situação política nacional, decidirei em função de haver um dever de consciência de avançar, como existiu em Outubro de 2015” (*Público*, 9 de março de 2017, artigo de Leonete Botelho).

MRS decidiria a recandidatura em dezembro de 2020, mas pelo meio haveria de enunciar outra condição: a de não se repetir a tragédia dos incêndios de 2017. Fê-lo numa entrevista à edição de 8 de maio de 2018 do *Público*. Portugal não viveu mais nenhuma réplica desse verão quente, mas enfrentaria uma pandemia a partir do março de 2020 que deixou o PR em isolamento profilático a 8 de março de 2020 e a 6 de janeiro de 2020. A primeira data coincide com o primeiro anúncio do estado de emergência e com o confinamento severo do país, sendo todo o processo conduzido pelo Governo; a segunda data coincide precisamente com o dia em que Portugal registou o maior número de infetados até então (10.027) e acontece em plena campanha eleitoral para as presidenciais de 2021. Esse confinamento há-de ser interrompido e, depois, retomado a 12 de janeiro. Nesse dia, à noite, o PR e também candidato MRS, haverá de queixar-se da falta de informação da autoridade de saúde. Fá-lo à jornalista Magda Rocha, em direto no *Telejornal* da RTP1.

Uma frente diplomática influente

No seu discurso inaugural de tomada de posse a 7 de março de 2016, MRS sublinha uma vocação universal para Portugal, olhando o país como uma plataforma “entre

continentes e, sobretudo, entre culturas e civilizações”. Apresenta-se como PR que se propõe expandir fronteiras, chamando a si a missão histórica de construtor de pontes entre lados opostos, tempos díspares, correntes sociais e culturais diversas... Ao longo deste primeiro mandato, o PR acumulou viagens e intervenções diplomáticas. Um dos seus objetivos foi resgatar o papel do PR enquanto representante do Estado português. MRS pretendeu marcar a diferença em relação ao seu antecessor, sendo ator principal na política externa portuguesa, partilhando, desse modo, a competência com o Governo.

Nos primeiros cem dias do mandato, o PR fez quatro viagens: Vaticano, Espanha, Estrasburgo e Moçambique. A primeira visita deu-se a 16 de março de 2016, uma semana depois de tomar posse, sendo a sua primeira visita oficial como Chefe de Estado. O seu antecessor, Aníbal Cavaco Silva, havia demorado cerca de meio ano a fazer a primeira viagem ao estrangeiro, que era, como de tradição, com destino a Espanha, o único país com fronteira terrestre com o nosso. MRS quis marcar a diferença e voou para Roma, argumentando que foi uma bula papal que, em 1179, nos reconheceu a independência do rei de Leão e Castela, assegurando-nos assim a nossa soberania. Espanha também estaria na rota deste périplo-relâmpago, mas o PR apenas aterrará em Madrid depois de ter estado em Roma. Porque a independência é para ser sublinhada, também simbolicamente. Neste mandato haveria de visitar todos os continentes. Abriu uma frente europeia, rumando para Estrasburgo a 12 de abril de 2016 para aí se apresentar ao Parlamento Europeu, desenvolverá na Alemanha uma política contra as sanções a Portugal e visitará vários países onde a diáspora portuguesa marca presença. Em chão americano, há-de promover a candidatura de António Guterres à ONU em setembro de 2016 e a 27 de junho de 2018 haverá de dizer a Donald Trump olhos nos olhos que “Portugal não é como os Estados Unidos”, quando o Presidente norte-americano arrisca a possibilidade de Cristiano Ronaldo de candidatar a Belém contra si. Mais a sul, tem o Brasil como país que revisitará ao longo do seu mandato. E haverá ainda tempo para um abraço africano, com viagens memoráveis a Moçambique e Angola e com tempo para encontros com o lado negro da História, como aconteceu na viagem ao Senegal.

UM PR ativo na política interna

No discurso de tomada de posse a 9 de março de 2016, o primeiro constitucionalista a ser eleito PR em democracia avisou que ia preencher os espaços vazios dos seus poderes constitucionais, acentuando o papel do chefe de Estado no semipresidencialismo luso. Com a legitimidade que o povo lhe deu nas urnas e nas ruas, a troco de beijos e *selfies*, mas também de abraços na dor, MRS comprometeu-se perante a Assembleia da República com a Constituição e com a Nação. Sobre a relação com o Governo, não se ouviu uma palavra, mas a sua primeira intervenção foi um verdadeiro programa de ação. Neste discurso, MRS acentuou e reforçou o papel do

povo Português como central na vida política, e garantiu “solidariedade institucional indefetível” ao Parlamento. Assegurou que ia ser um “Presidente de todos sem exceção”, exercendo todos os poderes que a Constituição da República Portuguesa lhe confere. Tal como o anterior PR Mário Soares (1986-1996), MRS foi, enquanto deputado da Assembleia da República, um dos obreiros da Constituição democrática, mas teve a vantagem de se tornar um dos mais conceituados professores universitários de direito constitucional. O PR haverá de fazer uso desse conhecimento para entrar em várias pastas, sugerindo com frequência determinada ação governativa. Ao longo deste mandato, também foi tirando partido do tipo de relação que tinha com o Primeiro-ministro, António Costa. Marcelo e Costa precisaram um do outro para se acomodarem aos lugares que ocupavam, partilharam um modo semelhante de pensar tática e estrategicamente a política, foram argutos nas pontes político-partidárias e empáticos no contato com os cidadãos. Marcelo aproximou Costa do centro político partidário, um espaço algo fugidio devido ao apoio parlamentar da esquerda, dando-lhe apoio e cobertura políticos em momentos críticos. Costa possibilitou que, num contexto de polarização esquerda-direita, Marcelo fosse comunicando com o eleitorado de esquerda, permitindo-lhe capitalizar apoio popular neste quadrante.

Preocupação com as finanças do país

O sistema financeiro foi sempre um tema a que MRS atendeu enquanto comentador, ao longo dos muitos anos em que teve este papel, mas como PR preocupou-se, nos primeiros meses do seu mandato, com a sustentabilidade do país (Lopes & Espírito Santo, 2016). Portugal saíra há pouco, em 2014, do domínio da *troika* e ainda não estava livre de sanções pelo incumprimento do défice, o sistema bancário vivia convulsões sérias e o governo socialista apoiava-se em partidos de esquerda que o mantinham em equilíbrio precário. Entre a eleição e a tomada de posse, o PR trouxe as suas preocupações ao nível da política financeira para as diversas reuniões que foi mantendo com o Governo e outros interlocutores no Palácio de Queluz, onde instalou o gabinete provisório. A recapitalização da Caixa Geral de Depósitos foi a tarefa que mais cuidados suscitou, por se tratar de um banco público e por exigir negociações complexas a nível europeu. Cedo o PR percebeu que a essa empreitada diplomática se juntava um complexo xadrez cujas peças tinham movimentos autónomos no tabuleiro (político) nacional. MRS haverá de saber gerir isso, obrigando o ministro das Finanças Mário Centeno a bastante habilidade político-financeira para que o equilíbrio fosse finalmente alcançado. Outra preocupação que cedo mobilizou o PR foi a aplicação de sanções a Portugal (e Espanha) por incumprimento da meta do défice de 3% em 2015. Em negociação estava a possibilidade de congelamento dos fundos estruturais aos dois países enquanto as metas acordadas não fossem cumpridas. MRS viajou para a Alemanha a 30 de maio de 2016. A ofensiva diplomática teve mais importância pelo valor simbólico e de comunicação política do que pela influência na

decisão de Bruxelas. Nove dias antes de Marcelo chegar a Berlim, já havia notícias de afrouxamento da disciplina financeira. A 21 de Maio, apenas três dias depois do adiamento da decisão, um arauto da Comissão Europeia – o comissário europeu para a Economia Digital – veio defender publicamente que Bruxelas devia dar mostras de flexibilidade em relação a Portugal e a Espanha, apesar do incumprimento do défice. Em entrevista ao jornal alemão *Der Spiegel*, Günther Oettinger afirmou que a Comissão via "sinais de esperança" nos dois países, apesar de "os objetivos claramente não terem sido cumpridos". "A questão do cumprimento dos critérios do pacto de estabilidade e crescimento é puramente matemática", mas as conclusões a retirar em caso de incumprimento "também devem ser avaliadas politicamente", declarou o comissário, de nacionalidade alemã. Era um prenúncio positivo para a opinião pública, assente num processo já bastante consolidado nos principais centros de decisão. O apoio do PR aos esforços do Governo na diplomacia contra as sanções haveria ainda de passar a 10 de junho por Paris, dias antes da decisão final ser tomada. A decisão final do colégio de comissários aconteceu a 27 de julho de 2016, já Jean-Claude Juncker tinha garantido o apoio dos chefes de Governo. Portugal vira-se livre das sanções.

Atenção à gestão política da pandemia Covid-19

O primeiro caso em Portugal da designada, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), doença Covid-19, provocada pelo novo coronavírus *Sars-coV -2*, foi registado a 2 de março de 2020. Apenas seis dias depois, o PR recebeu indicações da Direcção-Geral de Saúde para ficar em isolamento profilático por ter estado numa iniciativa presidencial na qual participou uma turma de uma escola onde um jovem aluno teve de ser internado. O desconhecimento, ao tempo, da doença, explica o excesso de zelo. A partir do recolhimento em sua casa, o PR foi percebendo as tendências mundiais, antevendo o perigo para Portugal e, enquanto constitucionalista, identificou a necessidade de declarar o estado de emergência, um poder constitucional do PR que nunca antes tinha sido exercido. Nos termos constitucionais, o estado de emergência trata-se de uma competência partilhada: o PR declara o estado de emergência depois de ter tido luz verde do Governo. O decreto presidencial que permite a suspensão de direitos, liberdades e garantias tem de ser submetido à Assembleia da República, que o aprova ou não. O Governo estava inclinado a declarar o estado de calamidade pública previsto na Lei de Bases da Protecção Civil, que dá ao Primeiro-ministro e ao ministro da Administração Interna a responsabilidade total pelas medidas a adotar. No entanto, o PR impôs a sua vontade e, a 18 de Março de 2020, MRS saiu do isolamento profilático para ir para o Palácio de Belém para reunir o Conselho de Estado e, nesse mesmo dia, declarar o primeiro estado de emergência da democracia portuguesa. O Governo acatou e o Parlamento aprovou a decisão sem nenhum voto contra. A partir desse momento, nunca mais se tornou pública qualquer confronto digno de relevo entre PR e Primeiro-ministro. O estado de emergência, acompanhado de con-

finamento geral, durou até princípios de maio. A partir daí, Marcelo consentiu com o fim do estado de emergência, dado o abrandamento da pandemia e o agravamento da crise económica e social. O Governo declarou então o estado de calamidade e assumiu em pleno a liderança política da gestão da pandemia, numa interpretação extensiva da Lei de Bases da Proteção Civil. O verão foi de tréguas, mas o regresso às aulas e a chegada do outono foram acompanhados de um recrudescimento da pandemia. Em finais de outubro, num momento em que diversos países europeus avançam para confinamentos parciais e medidas mais drásticas como o recolher obrigatório, o Primeiro-ministro e o PR voltam a discutir o regresso ao estado de emergência que permitirá suspender direitos fundamentais e avançar com medidas mais radicais de contenção da pandemia. Depois de algumas hesitações entre Belém e São Bento cujos contornos os média não conseguiram explicar cabalmente, MRS chamou outra vez os partidos e os parceiros sociais a Belém, depois de António Costa ter assumido perante o país que tinha pedido ao Presidente um “estado de emergência mínimo, mas prolongado” (*Público*, 2 de novembro de 2020, artigo de Maria Lopes e Leonete Botelho). Nesse mesmo dia, o PR deu uma entrevista à RTP na qual assumiu a “responsabilidade suprema” e critica alguns aspetos concretos da gestão da pandemia. Será essa uma das linhas narrativas que assume a partir daí e que marcará também toda a sua recandidatura: é ele o primeiro responsável da gestão da pandemia, para o bem e para o mal, e sabe que será julgado por isso, nas urnas, a 24 de janeiro. No Parlamento, a decisão tornou-se menos consensual, mas os dois maiores partidos, PS e PSD, hão-de assegurar uma larga maioria para sucessivas renovações do estado de emergência, que depressa deixou de ser mínimo e voltou mesmo a ser acompanhado de um confinamento geral, em Janeiro de 2021 (em plena campanha eleitoral para PR a Presidência da República). Foi um gesto político audacioso, mas autêntico. Os resultados eleitorais viriam a dar-lhe razão.

2.2.2. Os poderes do PR refletidos na imprensa

Um dos aspetos centrais da relação institucional entre o PR e os demais órgãos de soberania (a Assembleia da República, o Governo da República e os Tribunais) é a relação entre poderes, os moldes em que a mesma é institucionalmente desenvolvida, contribuindo para promover e fortalecer o regular funcionamento e equilíbrio das instituições. Os contornos dessa relação institucional devem ser entendidos no alcance de uma visão constitucional e doutrinária de um regime de base semipresidencialista, como é o caso de Portugal (Duverger, 1978; Duverger 1980), onde se identifica o poder presidencial decorrente de uma eleição direta, com poderes autónomos, constitucionalmente definidos, em coexistência com os poderes dos demais órgãos de soberania, promovendo ainda o equilíbrio do funcionamento dos poderes Executivo e Legislativo. No desempenho do seu papel do mais alto Magistrado da Nação e Comandante Supremo das Forças Armadas, o PR apresenta-se como o eixo

central de estabilidade e de garante do regular funcionamento das instituições da vida política e judicial do Estado. De entre os seus poderes, destacam-se ainda o poder da dissolução do Parlamento e o da nomeação do Primeiro-ministro. O PR constituiu-se ainda como um elo de reforço da Nação, da sua identidade e coesão, quer num plano interno, quer nos limites e alcance da portugalidade em termos externos.

Divididos os artigos noticiosos em análise por quatro categorias que, de certa forma, refletem os poderes do PR, reparamos que é a categoria referente aos *poderes constitucionais* que reúne maior número de textos (cerca de 43 por cento). Dentro desta sobressaem as preocupações em ser *garante da independência e unidade nacionais* (cerca de 16%) e ser *garante do normal funcionamento das instituições* (cerca de 12%) evidenciam a importância da cobertura noticiosa quanto a estes aspetos centrais do exercício das funções e poderes do PR. Os mesmos estão destacados na imprensa, em parte porque o PR os enunciou na primeira pessoa. Por outro lado, assim se verifica também porque os mesmos poderes foram, indiretamente, citados a propósito de decisões no plano governativo onde os poderes do PR foram colocados em reflexão e em notícia, nas múltiplas ocasiões em que a sua Magistratura de influência se fez sentir (por exemplo na demissão da Ministra da Administração Interna Constança Urbano e Sousa, na sequência dos incêndios de 2017). MRS foi regularmente ao encontro de vários territórios portugueses, com vontade de se constituir como um elo de união da Nação. O PR também se preocupou com as disfuncionalidades de vários campos sociais: educação, cultural, economia... A partir do Palácio de Belém ou no terreno, MRS ouviu muitos interlocutores e procurou neutralizar entropias várias. Outros poderes do PR: a *promulgação de leis Comandante Supremos das Forças Armadas* (cerca de 4%) e *Indultos/condecorações/exonerações* (cerca de 2%) foram menos destacados, mas mesmo assim suscitaram algum interesse noticioso. A *promulgação de leis*, em conjugação com um distanciamento politicamente relevante do Tribunal Constitucional para onde este PR sempre resistiu a enviar diplomas, também se constituiu como polo de ação e ponto de importante noticiabilidade. Outros poderes do PR, como o trabalho enquanto *Comandante Supremo das Forças Armadas* e os *indultos/condecorações/exonerações*, foram menos destacados, mas mesmo assim suscitaram algum interesse noticioso.

Dada a projeção e ênfase da presença e mensagem do PR Marcelo Rebelo de Sousa no espaço público mediático, um dos aspetos críticos mais salientes quanto à interpretação do seu desempenho centrou-se num dos planos também mais eminentes das funções presidenciais, que são os seus poderes e a relação destes com os demais órgãos de soberania políticos (excluindo-se aqui, por isso, os tribunais), particularmente com o Governo. Da análise de conteúdo efetuada, a categoria *relação entre o PR e os outros órgãos e agentes políticos* apresenta bastante relevância (cerca de 31 por cento). Neste plano, como se pode ver no Quadro 2, a imprensa fez sobressair as múltiplas ocasiões de relação institucional, de onde se destaca a proporção

de artigos que remete para a *relação do PR com o Governo* (cerca de 19 por cento), identificando-se em segundo lugar a *relação do PR com os partidos* (cerca de 7 por cento), com larga distância em relação ao primeiro indicador. Aquele indicador é não apenas o mais destacado na categoria respetiva (*relação entre o PR e outros órgãos e agentes políticos*) como é o mais saliente de entre as demais categorias de análise (*poderes constitucionais; estilos de liderança e relações externas*), o que permite inferir, em termos extensivos, e de forma transversal, tanto quanto a análise de conteúdo orienta, uma centralidade da mensagem referente à dinâmica da atividade do PR nos assuntos de relação com o Governo. Este destaque enfatiza uma visão pública relativamente a uma certa presença e intervenção do PR na esfera governativa de onde sobressaem dois aspetos centrais: a permanente proximidade e entendimento entre PR e Governo, em especial com o Primeiro-ministro; e a capacidade de extensão e até de promoção de soluções por parte do PR em relação a assuntos executivos, uma vez que estes foram sendo amplificados publicamente e sublinhados num recurso frequente ao conceito de ‘magistratura de influência’ do PR, como o mais alto Magistrado da Nação.

Quadro 2. Categorização dos artigos noticiosos sobre os poderes do PR

Categorias	Indicadores	valores absolutos	%
Relação entre o PR e outros órgãos e agentes políticos	Relação entre PR e o Governo	462	18.8
	Relação entre PR e outros órgãos de soberania	38	1.5
	Relação entre PR e a Assembleia da República	22	0.9
	Reuniões de Conselho de Estado	49	2
	Relação entre PR e os partidos	183	7.4
	<i>Total</i>	754	30.6
Poderes constitucionais	Garante da independência e unidade nacionais	404	16.4
	Garante do normal funcionamento das instituições	304	12.4
	Promulgação de leis	177	7.2
	Comandante Supremo das Forças Armadas	95	3.9
	Indultos/condecorações/exonerações	55	2.2
	Nomeações	6	0.2
	<i>Total</i>	1041	42.5
Estilos de liderança	Modos de interpretar o cargo	225	9.2
Relações externas	Política externa	416	16.9
Outros		14	0.7
Total		2.458	100

A *política externa* seria outro dos indicadores de relevo (cerca de 17 por cento) e constitui evidência do papel interventivo do PR junto não apenas das comunidades emigrantes portuguesas (recorem-se as celebrações dos 10 de junho em Portugal e noutros locais da diáspora Portuguesa), mas também em contextos diversos de frentes diplomáticas importantes, no âmbito da lusofonia, assim como do espaço internacional mais extenso, como vimos já anteriormente.

O estilo popular e interventivo de MRS, no plano da mensagem política, extensa e comparativamente revisto, no que se refere à campanha eleitoral por Espírito Santo & Figueiras (2019), manteve-se de forma natural e expetável durante este primeiro mandato. Ao longo deste, o PR sublinhou e destacou amiúde os problemas em questão no momento junto da imprensa, os quais seriam notícia, uma vez aliados à presença regular do PR nestes locais em crise (ex. incêndios de 2017). As múltiplas iniciativas dos diversos *fora* acabariam por ser também palcos da notícia sempre que o PR nestes se encontrava. O indicador *modos de interpretar o cargo*, dentro da categoria *estilos de liderança*, é um dos mais pontuados na imprensa (cerca de 9 por cento) e denota o enfoque quanto aos moldes particulares na enunciação do desempenho político do autodesignado *Presidente dos afetos*.

Em síntese, concluímos que existe um interesse da imprensa pela *relação entre PR e outros órgãos e agentes políticos*, com destaque para a *relação entre o PR e o Governo*, havendo também uma valorização da discussão dos *poderes constitucionais*. Nesta última categoria, destacou-se a cobertura dada à *independência e unidade nacionais*, assim como ao *garante do normal funcionamento das instituições*. Estes destaques permitem-nos perceber o interesse por questões que evidenciam o debate sobre os moldes de execução dos poderes do PR por parte de Marcelo Rebelo de Sousa.

Notas conclusivas

A afirmação da presença e o relevo dado à figura do PR assumiram um protagonismo e um destaque singulares no espaço mediático no primeiro mandato do PR Marcelo Rebelo de Sousa (2016-2021). E tal contribui decisivamente para redimensionar o seu cargo. Através da análise dos artigos publicados na imprensa diária neste período, pode verificar-se que a sua atuação se enquadra naquilo que está constitucionalmente fixado, mas também a extensão contínua da sua ação política, aliada a uma grande cobertura mediática, ajudou a reconfigurar o cargo presidencial essencialmente do ponto de vista comunicacional. Ressalte-se que este artigo não teve um enfoque jurídico ou constitucional, na matéria que diz respeito à análise dos poderes do PR, mas estritamente comunicacional, aliado, do ponto de vista metodológico, à técnica de análise de conteúdo, aplicada à imprensa diária. Quer como garante da unidade nacional e do normal funcionamento das instituições, quer como promotor de uma frente diplomática, quer ainda em articulação permanente com o Governo, MRS tornou sempre o centro (a Presidência da República) um lugar nómada, que importava ouvir, ampliando-se essa mensagem à escala do país através dos média noticiosos. E foi isso o mais inovador neste mandato presidencial.

Num contexto que evidencia desempenhos e premeia capacidades de empatia e de promoção da proximidade entre eleitos e eleitores, para além da resolução de problemas, a experiência de mais de 20 anos junto dos média noticiosos, por parte

de MRS, trouxe a notoriedade e o reconhecimento públicos que lhe proporcionaram uma capacidade de destaque e protagonismo mediático, num tempo de concorrência exacerbada na imprensa. As três características analisadas por Blondel e Thiébaud (2010) que definem a personalização (a notoriedade política, a popularidade política e o carisma) seriam os traços essenciais a um desempenho fortemente aclamado pelo sistema político e intensivamente destacado pela imprensa. Nestas condições, o recurso a uma magistratura de influência bastante reputada e apoiada pelo sistema mediático reforçaria um papel e uma execução de poderes adstritos às funções presidenciais, constitucionalmente definidos. Estes foram alvo de uma ampla margem de interpretação e desempenho, por parte de MRS, nos limites da sua capacidade de influência, senão *de jure*, pelo menos *de facto*. Ou seja, MRS amplificou a sua capacidade de comunicação e a mesma teve ecos políticos, e governamentais, de forma direta e indireta. Contudo, se a mesma teve efeitos políticos, os seus moldes de execução foram projetados e reforçados pelo impulso que os média incrementaram às suas posições políticas, públicas e cívicas. Por outras palavras, a extensão e limites de influência do PR foram tão extensos quanto os média os projetaram e permitiram promover. Daí que a relação entre o PR e os demais órgãos de soberania políticos, em particular o Governo, foram tão consequentes quanto a Constituição permitiu e os média ampliaram.

Este estudo permite concluir que existe uma sobrevalorização da mensagem e do desempenho presidencial, fortemente coadjuvado pela imprensa, que projetou a figura do PR para um campo de ação política e intervenção institucional que, em certas ocasiões, poderá levar a falar-se de um empolamento artificial dos seus poderes. Ou seja, há um conjunto de poderes fortemente publicitados na cobertura noticiosa no que se refere às categorias estudadas e aos poderes definidos constitucionalmente: garante da independência e unidade nacionais, garante do normal funcionamento das instituições. Apesar de se verificar uma intensa e permanente amplificação mediática das iniciativas decorrentes destes poderes, não se encontra evidência que configure constitucionalmente uma execução indevida e quebra dos limites definidos e previstos num plano formal estrito da Constituição, tal como expostos no estudo da cobertura mediática realizada. Argumentamos e defendemos que, em concomitância com uma interpretação omnipresente e extensa dos poderes do PR, da análise efetuada da cobertura mediática, através da imprensa, durante os primeiros cinco anos do mandato de MRS, sobressai uma conjugação de um desempenho das funções presidenciais que encontra na sua história enquanto protagonista mediático durante mais de 20 anos e na relação mediática do PR com o sistema político os seus principais aliados. E foi assim que MRS conseguiu projetar uma imagem de omnipresença e de valorização das funções políticas que lhe estão cometidas, mas que foram intensificadas e fortemente mediatizadas durante o seu primeiro mandato como PR.

Referências bibliográficas

- (2016, abril 23). *Público*.
- (2017, março 9). *Público*.
- (2017, julho 30). *Diário de Notícias*.
- (2018, maio 8). *Público*.
- (2020, novembro 2). *Público*.
- Bacelar Gouveia, J. (2007). *A Dissolução da Assembleia da República – Uma nova perspectiva da dogmática do Direito Constitucional*. Almedina.
- Blondel, J., Thiébault, et al (2010). *Political leadership, Parties and Citizens*. Routledge.
- Blumler, J., & Kavanagh, D. (1999). The Third Age of Political Communication: Influences and Features. *Political Communication*, (16), 209-230.
- Blumler, J. (2001). The third age of political communication. *Journal of Public Affairs*, 1(3), 201-209.
- Castells, M (2007). Communication, Power and Counter-power in the Network Society. *International Journal of Communication*, (1), 238-266.
- Corner, J., & Pels, D. (2003). *Media and the restyling of Politics*. Sage Publications.
- Costa Pinto, A., & Canelas Rapaz, P. (2018). *Presidentes e Semi-presidencialismo nas Democracias Contemporâneas*. ICS.
- Duverger, M. (1978). *Échec au Roi*. A. Michel.
- Duverger, M. (1980). A New Political System Model: Semi-Presidential Government. *European Journal of Political Research*, (8), 165-187.
- Espírito Santo, P., & Lopes, F. (2019). Marcelo Rebelo de Sousa, a Popular President who has all the Media Coverage - Content Analysis of the Press (2016-2018). *Obs.*, 13(4), 1-13.
- Espírito Santo, P., & Figueiras, R. (2019). Populism and the media factor: The Portuguese case in a European comparative perspective. In E. Hidalgo Tenorio, M.-A. Benitez-Castro & F. De Cesare (Eds.), *Populist Discourses – Critical Approaches to Contemporary Politics*. Routledge.
- Fabbrini, S. (2005). The Semi-Sovereign American Prince. The Dilemma of an Independent President in a Presidential Government. In T. Poguntke, P. Webb, *The presidentialization of politics-a comparative study of modern democracies* (pp. 313-336). Oxford University Press.
- Freire, A., & Costa Pinto, A. (2006). *O Poder dos Presidentes*. Campo das Letras.

- Howard, P., Woolley, S., & Calo, R. (2018). Algorithms, bots, and political communication in the US 2016 election: The challenge of automated political communication for election law and administration. *Journal of Information Technology & Politics*, 15(2), 81-93.
- King, A. (Ed.) (2003). *Leaders' Personalities and the Outcomes of Democratic Elections*. University Press.
- Lopes F., & Botelho, L. (2019). *Marcelo, Presidente todos os dias*. Porto Editora.
- Lopes, F., & Espírito Santo, P. (2016). Os 100 Primeiros Dias do XXI Governo Constitucional através da Imprensa Generalista: Quando as Finanças Travam uma Mudança de Ciclo Político. *Estudos em Comunicação* (23), 1-22.
- Lopes, F., & Espírito Santo, P. (2019). Quando um Presidente da República vive no limite do semipresidencialismo. *Estudos em Comunicação*, 1(28), 237-258. <http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/554/pdf>.
- Mazzoleni, G., & Schulz, W. (1999). Mediatization of Politics: A Challenge for Democracy?, *Political Communication*, 16(3), 247-261.
- Moreira, V., & Canotilho, J. (1991). *Os Poderes do Presidente da República*. Coimbra Editora.
- Negrine, R., & Stanyer, J. (2007). *The Political Communication Reader*. Routledge.
- Sabato, L. (2000). *Feeding Frenzy- Attack Journalism & American Politics*. Lanahan Publishers, Inc.
- Schwartzberg, R.-G. (1977). *O Estado Espectáculo*. Difel.
- Stier, S., Bleier, A., Lietz, H., & Strohmaier, M. (2018). Election Campaigning on Social Media: Politicians, Audiences and the Mediation of Political Communication on Facebook and Twitter. *Political Communication*, 35(1), 50-74.